



Centro de
Reabilitação
Piracicaba

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018

BALANÇO PATRIMONIAL

DRE

DFC E DOAR

DMPL

NOTAS EXPLICATIVAS

Balço patrimonial de 01/01/2018 a 31/12/2018 expresso em R\$	2018	2017
ATIVO	2.673.842,66	3.679.960,66
ATIVO CIRCULANTE	1.014.014,79	2.027.212,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	190.062,18	835.285,71
CAIXA	2.369,97	1.102,00
BANCOS C/ MOVIMENTO SEM RESTRIÇÃO	173,04	0,00
BANCOS C/ MOVIMENTO COM RESTRIÇÃO	28.555,05	11.992,26
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA SEM RESTRIÇÃO	111.385,65	290.829,33
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA COM RESTRIÇÃO	47.578,47	531.362,12
CRÉDITOS A RECEBR	490.175,73	447.968,94
CRÉDITOS A RECEBR	490.175,73	447.968,94
OUTROS CRÉDITOS	327.950,37	736.441,93
ADIANTAMENTOS	149.364,23	249.442,51
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	54.744,04	0,00
OUTROS	70.013,50	476.543,55
CREDITO COM TERCEIROS	53.828,60	10.455,87
DESPESAS ANTECIPADAS	5.826,51	7.516,10
SEGUROS A APROPRIAR	5.826,51	7.516,10
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.659.827,87	1.652.747,98
OUTROS CRÉDITOS	166,41	166,41
EMPRESTIMOS	166,41	166,41
INVESTIMENTOS	5.595,05	5.585,84
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	5.585,84	5.585,84
OUTROS INVESTIMENTOS	9,21	0,00
IMOBILIZADO	1.631.486,22	1.624.415,54
IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO	1.783.826,50	1.774.928,51
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS SEM RESTRIÇÃO	(152.340,28)	(150.512,97)
INTAGÍVEL	22.580,19	22.580,19
INTANGÍVEL	22.793,69	22.793,69
(-) AMORTIZACÃO	(213,50)	(213,50)
PASSIVO E PATRIMONIO	2.673.842,66	3.679.960,66
PASSIVO CIRCULANTE	1.486.011,15	3.359.180,67
CONTAS A PAGAR	63.254,61	25.627,89
FORNECEDORES	63.254,61	25.627,89
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	916.105,62	3.217.354,96
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	336.108,77	2.732.876,38
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	579.996,85	484.478,58
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	2.455,51	2.406,00
IMPOSTOS FISCAIS RETIDOS A RECOLHER	2.455,51	2.406,00
OUTRAS EXIGIBILIDADES	504.195,41	113.791,82
OUTROS	21.974,16	23.090,54
CONVENIOS PROJETOS E SUBVENÇÕES	482.221,25	90.701,28
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	51.640,12	178.090,30
OUTRAS EXIGIBILIDADES	51.640,12	178.090,30
CONVENIOS PROJETOS E SUBVENÇÕES	51.640,12	178.090,30
PATRIMONIO	1.136.191,39	142.689,69
PATRIMONIO SOCIAL	142.689,69	0,00
PATRIMONIO SOCIAL	142.689,69	0,00
SUPRAVIT/ DEFICIT	993.501,70	142.689,69
SUPRAVIT/ DEFICIT ACUMULADOS	993.501,70	142.689,69

Reconhecemos a exatidão do presente Balço Patrimonial, a vista dos documentos apresentados, cujo Ativo e Passivo importam R\$ 2.673.842,66 - (Dois Milhões Seiscentos e Setenta e Tres Mil Oitocentos e Quarenta e Dois Reais e Sessenta e Seis Centavos).

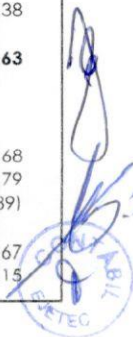


Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 01/01/2018 a 31/12/2018 expresso em R\$		2018
SALDO INICIAL		
PATRIMONIO SOCIAL		0,00
PATRIMONIO SOCIAL		0,00
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		0,00
AJUSTES DECORRENTES DAS NORMAS		0,00
SUPERAVIT/ DEFICIT		142.689,69
SUPERAVIT		2.238.881,38
DEFICIT		(2.118.254,18)
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		22.062,49
TOTAL INICIAL		142.689,69
MOVIMENTO ANO BASE		
PATRIMONIO SOCIAL		142.689,69
PATRIMONIO SOCIAL		142.689,69
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		0,00
AJUSTES DECORRENTES DAS NORMAS		0,00
SUPERAVIT/ DEFICIT		850.812,01
SUPERAVIT		(644.335,75)
DEFICIT		2.118.254,18
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		(623.106,42)
TOTAL MOVIMENTO		993.501,70
SALDO FINAL		
PATRIMONIO SOCIAL		142.689,69
PATRIMONIO SOCIAL		142.689,69
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		0,00
AJUSTES DECORRENTES DAS NORMAS		0,00
SUPERAVIT/ DEFICIT		993.501,70
SUPERAVIT		1.594.545,63
DEFICIT		0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		(601.043,93)
TOTAL FINAL		1.136.191,39

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de 01/01/2018 a 31/12/2018		2018
ORIGEM DOS RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
SUPERAVIT (DEFICIT) DO PERIODO		1.594.545,63
DEPRECIACÃO/ AMORTIZACÃO		1.827,31
AJUSTES		(601.043,93)
SUBTOTAL		995.329,01
DE TERCEIROS		
AUMENTO DOS EXIGIVEIS LP		0,00
ALIENACÃO IMOBILIZADO/ INVESTIMENTOS		0,00
SUBTOTAL		0,00
TOTAL DE ORIGENS		995.329,01
APLICACÃO DOS RECURSOS		
DE APLICACÕES		
AQUISICÃO IMOBILIZADO		8.897,99
INVESTIMENTOS		9,21
AUMENTO REALIZAVEIS LP		0,00
REDUCÃO DOS EXIGIVEIS LP		126.450,18
TOTAL DE APLICACÕES		135.357,38
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		859.971,63
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE		859.971,63

ATIVO CIRCULANTE		
NO INICIO DO EXERCICIO		2.027.212,68
NO FINAL DO EXERCICIO		1.014.014,79
VARIACÃO DO ATIVO CIRCULANTE		(1.013.197,89)
PASSIVO CIRCULANTE		
NO INICIO DO EXERCICIO		3.359.180,67
NO FINAL DO EXERCICIO		1.486.011,15

9/1/18



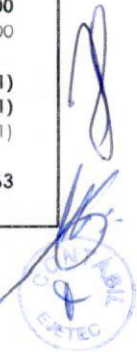
VARIAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

(1.873.169,52)

859.971,63**Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2018 a 31/12/2018 expresso em R\$**

	2018
RECEITAS OPERACIONAIS	9.617.390,75
COM RESTRIÇÃO	4.096.177,74
ASSISTENCIA SOCIAL	4.096.177,74
PROJETO ACONCHEGO	130.895,43
PROJETO PEEVPS	2.137.730,12
PROJETO SECR. EDUCAÇÃO	1.200.905,28
PROJETO CONVENIO RIO DAS PEDRA	49.171,98
PROJETO CHARQUEADA	60.156,46
PROJETO CALEIDOSCOPIO	46.838,78
PROJETO ADOLETA	30.777,71
PROJETO JUNTO E MISTURADO	8.797,50
CONVENIO PREFEITURA SALTINHO	24.220,20
CONVENIO P D D E	17.678,95
PROJETO SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL	389.005,33
SEM RESTRIÇÃO	5.521.213,01
GERAIS	5.521.213,01
DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	2.976.025,07
EVENTOS E CAMPANHAS FINANCEIRAS	440.783,33
RENDIMENTOS FINANCEIROS	18.208,12
OUTRAS RECEITAS	2.082.620,75
RECEITAS FINANCEIRAS NÃO OPERACIONAIS	3.575,74
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.554.810,95)
CUSTOS E DESPESAS COM RESTRIÇÃO	(4.470.263,73)
ASSISTENCIA SOCIAL	(4.470.109,13)
PROJETO ACONCHEGO	(135.970,82)
PROJETO PEEVPS	(2.441.932,10)
PROJETO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	(1.204.540,86)
CONVENIO RIO DAS PEDRAS	(53.080,32)
CONVENIO CHARQUEADA	(60.156,46)
PROJETO CALEIDOSCOPIO	(46.838,78)
PROJETO ADOLETA	(30.876,68)
PROJETO JUNTO E MISTURADO	(8.797,50)
PROJETO SERV. DE PROT. SOCIAL	(444.124,67)
CONVENIO SALTINHO	(26.013,94)
CONVENIO P D D E	(17.777,00)
OUTRAS	(154,60)
DESPESAS FINANCEIRAS PROJETO	(154,60)
CUSTOS E DESPESAS SEM RESTRIÇÕES	(84.547,22)
OUTRAS DESPESAS	(84.547,22)
DESPESAS COM EVENTOS E CAMPANHAS FINANCEIRAS	(3.494,46)
DESPESAS FINANCEIRAS	(18.994,21)
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	(62.058,55)
RESULTADO BRUTO	5.062.579,80
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	(3.468.034,17)
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.472.206,86)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.472.206,86)
DESPESAS COM FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS	(2.629.168,35)
BENEFICIOS À FUNCIONÁRIOS	(123.771,40)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(718.527,94)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(739,17)
(-/+) DESPESAS/ RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	6.000,00
(-/+) DESPESAS/ RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	6.000,00
VENDA DE IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO	6.000,00
PROVISÕES	(1.827,31)
PROVISÕES DO BALANÇO	(1.827,31)
OUTRAS PROVISÕES	(1.827,31)
DEFICIT/ SUPERAVIT DO EXERCICIO	1.594.545,63

gap



Demonstração dos Fluxos de Caixa de 01/01/2018 a 31/12/2018 expresso em R\$

2018

FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS

SUPERAVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO	1.594.545,63
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	1.827,31
(-) RESULTADO DA VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO	0,00
(+/-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-601.043,93
(AUMENTO) REDUÇÃO MENSALIDADES	0,00
(AUMENTO) REDUÇÃO ESTOQUES	0,00
(AUMENTO) REDUÇÃO DESPESAS ANTECIPADAS	1.689,59
(AUMENTO) REDUÇÃO RECURSOS DE CONVENIOS E PROJETOS	418.488,55
(AUMENTO) REDUÇÃO OUTRAS CONTAS A RECEBER/ REALIZAR	-52.203,78
AUMENTO (REDUÇÃO) FORNECEDORES	37.626,72
AUMENTO (REDUÇÃO) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	-2.301.249,34
AUMENTO (REDUÇÃO) OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	49,51
AUMENTO (REDUÇÃO) OUTRAS CONTAS A PAGAR	263.953,41
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-636.316,33

FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(-) COMPRAS DE IMOBILIZADO/ INTANGÍVEL	-8.897,99
(-) OUTROS INVESTIMENTOS	-9,21
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-8.907,20

FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

(-) EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0
(-) EMPRESTIMOS TOMADOS	0
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0

AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**-645.223,53**

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INICIO DO PERÍODO

835.285,71

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO

190.062,18

AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**-645.223,53**

gop-





NOTAS EXPLICATIVAS

I) QUADRO CONTEXTUAL

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: O Centro de Reabilitação Piracicaba, inscrita no CNPJ 54.409.008/0001-35, cujo qual foi constituído em 30/09/1970, tem como objetivo:

Habilitar e reabilitar física, educacional, social e profissionalmente as pessoas com deficiência física, intelectual ou múltipla; com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor exceto as decorrentes de condutas típicas e distúrbios psiquiátricos; bebês provenientes de hospitais e que apresentam algum grau de risco ao nascer; pessoas com transtorno do espectro autista;

Desenvolver ações complementares aos serviços socioassistenciais visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social;

Contribuir para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para os novos projetos de vida, propiciar formação cidadã e vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social;

Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas para atuação profissional;

Contribuir para inserção, reinserção e permanência dos indivíduos com deficiência ou em situação de risco pessoal ou vulnerabilidade social, no sistema educacional, no mundo do trabalho e no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso.

II) DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO: Na elaboração das demonstrações financeiras e patrimoniais de 31/12/2018, a Entidade adotou os critérios das Leis 11.638/2007, 11.941/09 que alteram os artigos da 6.404/76, com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo as Resoluções do CFC: ITG 2000 a qual estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade, aplicável a toda e qualquer entidade; ITG 2002, cuja qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros; e NBC TG 1000, cuja norma estabelece padrões de mensuração, reconhecimento e divulgação (quando aplicável).

Conforme NBC TG 26 e NBC TG 1000 Seção 3, a entidade apresenta todos os demonstrativos exigidos, sendo eles: Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

III) ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

NOTA 3 - FORMALIDADES: O nível de detalhamento da escrituração contábil está alinhado às necessidades de informações dos usuários internos e externos, sendo proporcional à complexidade das operações da entidade e dos requisitos de informação a ela aplicáveis.

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme, em idioma e em moeda corrente nacionais, em ordem cronológica dos fatos, sempre com base em documentos de origem ou elementos que comprovem o registro contábil.

O registro contábil contém o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

A entidade efetua a escrituração em forma digital e mantém o arquivo magnético autenticado pelo registro público competente, portanto, não há necessidade de impressão e encadernação em forma de livro. A documentação da entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis registros e outras peças, que apoiam ou compõe a escrituração contábil.

O profissional da contabilidade orienta e comunica as exigências legais, sendo responsabilidade da entidade o cumprimento das mesmas.

IV) PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS E ESCLARECIMENTOS

NOTA 4 - PRINCÍPIOS E PRÁTICAS: A contabilidade da entidade segue o princípio da prudência, respeitando sempre os requisitos legais e de normas contábeis. Prima-se pela adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais.

gsp




Importante ressaltar que este princípio pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que Ativos e Receitas não sejam superestimados e que Passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos demonstrativos.

NOTA 5 - PLANO DE CONTAS: Em atendimento ao item 10 da Resolução 1.409/12, a entidade tem seu plano de contas segregado por atividade, além disto seu plano distingue-se por grupos com e sem restrição, conforme previsto em norma.

NOTA 6 - AJUSTES A VALOR PRESENTE: A entidade encontra-se em conformidade com a Resolução 2009/00151 e NBC TG 12, visto que não se faz necessário qualquer ajuste, uma vez que os ajustes à valor presente são irrelevantes.

DOS REGISTROS E SALDOS CONTÁBEIS

NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa físico e saldos bancários (conta corrente e aplicações de curto prazo), isto é, recursos de característica de liquidez imediata ou de até 90 dias (no caso de aplicações). As aplicações financeiras, quando ocorrem, são registradas pelos valores originais, acrescidas/diluídas das variações apresentadas em extrato.

NOTA 8 - CRÉDITOS A RECEBER: Referem-se a valores pagos de PIS sobre folha de pagamento. Neste caso a entidade está com um processo para restituir os impostos que são pagos mensalmente.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS: Fazem parte deste subgrupo os adiantamentos realizados à terceiros, sejam estes à colaboradores, fornecedores ou outros, cujo valor adiantado não tenha tido contrapartida até o encerramento do exercício em 31/12/2018. Abaixo o detalhamento. No caso dos adiantamentos à fornecedores, será feito um trabalho de levantamento junto aos mesmos, de forma que as despesas possam ser reconhecidas, mediante documento hábil.

- Adiantamento de Salários = R\$ 0,00
- Adiantamento 13º = R\$ 0,00
- Adiantamento de férias = R\$ 149.364,23
- Adiantamento à fornecedores = R\$ 53.828,60
- Adiantamento de viagens = R\$ 0,00

NOTA 10 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES: Fazem parte deste saldo, os valores de impostos cuja recuperação está sendo avaliada, estima-se a recuperação dos mesmos no menor prazo possível.

Estes valores surgem na maioria das vezes por pagamentos duplicados e/ou retenções

Compõe este saldo os impostos abaixo:

Outros impostos e contribuições não classificáveis nos itens anteriores = R\$ 52.252,16

INSS = R\$ 2.491,88

NOTA 11 - DESPESAS ANTECIPADAS: São classificados neste subgrupo as aplicações de recursos em despesas cujos benefícios ocorrerão no exercício seguinte ou por mais de um período, para que o valor possa ser rateado conforme realização/ efeito.

A medida em que o período decorre os valores proporcionais ao período são reconhecidos em resultado.

Bens moveis - seguros:

Bradesco – vigência 31/10/2018 a 31/10/2019 – saldo a apropriar = R\$ 976,68;

Sul América – vigência 27/10/2018 a 27/10/2019 – Saldo a apropriar = R\$ 1.599,39;

Porto Seguro – vigência 24/04/2018 a 24/04/2019 – Saldo a apropriar = R\$ 1.837,09

Bens imóveis - seguros:

Chubb – vigência 20/08/2018 a 20/08/2019 – saldo a apropriar = R\$ 1.413,35.

NOTA 12 - IMOBILIZADOS: Conforme previsto pela ITG 2002, aprovada pela resolução 1.409/12, os immobilizados das entidades são segregados por Com restrição, Sem restrição e Doados.

A entidade apresenta em seu Balanço, immobilizados sem restrição, cujo saldo em 31/12/2018 é de R\$ 1.783.826,50 (bruto) (-) R\$ 152.340,28 (depreciação)

Vale salientar que para a entidade, existe uma necessidade de contratar serviço especializado, a fim de realizar um levantamento patrimonial dos bens adquiridos até 31/12/2014, bem como para testar seus ativos à redução ao valor recuperável, atendendo assim a seção 17 e seção 27 da NBC TG 1000.

NOTA 13 - FORNECEDORES: Referem-se à aquisição de bens, serviços e outros, cujas duplicatas serão pagas no período seguinte.

A escrituração se dá por meio de documento hábil e legítimo,

Conforme previsto pela NBC TG 1000, seção 11 para os bens comprados de fornecedor (a crédito de curto prazo), o registro é realizado com base no valor não descontado devido ao fornecedor, o que normalmente equivale ao valor da nota fiscal.

The image shows a handwritten signature in blue ink on the left. To the right is a circular stamp with the text 'CONTABILIZADO' at the top, '9' in the center, and 'E-TEC' at the bottom. The stamp is partially obscured by another signature.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS: Este grupo é composto pelas obrigações relativas à funcionários, cuja qual contempla desde o salário a pagar e seus encargos, até as provisões que se realizarão nos períodos seguintes, conforme segue:

- Salários, férias, rescisões, PLR, 13º, Pensão, Autônomos, Consignado = R\$ 336.108,77

Vale salientar no caso das provisões de férias e 13º, o registro ocorre mensalmente através dos avos devidos, conforme direito adquirido pelos funcionários. O saldo na data de encerramento do balanço reflete os direitos adquiridos ainda não pagos/ realizados até a data.

- Encargos (INSS, PIS, FGTS, GRRF, IRRF e outros encargos da folha) = R\$ 579.996,85, o saldo mais relevante neste grupo é de PIS s/ folha (R\$ 477.214,25), cujos pagamentos são feitos em juízo, devido ao processo de recuperação desse valores e, portanto, não baixados no passivo. Quando o processo se findar, haverá o encontro de contas (ativo x passivo) ou a restituição dos valores.

Obs.: Os encargos incidentes sobre as provisões seguem o mesmo conceito de registro do item anteriormente citado nesta nota.

NOTA 15 - OUTRAS EXIGIBILIDADES: Compõe este grupo - Cheques a compensar R\$ 241,93; Descontos antecipados R\$ 19.865,70 (convênios/ projetos); Seguros a pagar R\$ 1.866,53.

Ainda referente aos seguros contemplados nesse grupo, é importante destacar que de forma conservadora, com vistas ao princípio da continuidade, a entidade efetua a contratação dos seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistro.

NOTA 16 - PATRIMONIO SOCIAL: O patrimônio da entidade é apresentado em valores atualizados e compreende o líquido: ativo (-) passivos, acrescidos do valor do superávit ou déficit, cujo qual, conforme ITG 2002 item 15 deve ser incorporado ao Patrimônio social.

NOTA 17 - PROVISÃO DE PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES: Não há contingências conhecidas para conseqüente registro contábil.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES: Os administradores não declaram a existência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

NOTA 19 - RECEITAS: Em atendimento à Resolução 1412/2012 as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais (trade discounts) e/ou bonificações (volume rebates) concedidos.

As receitas da entidade são reconhecidas através de serviços prestados, doações de pessoas físicas e jurídicas e arrecadação com campanhas financeiras. Valores estes mantidos em conta corrente bancária em nome da entidade.

Detalhamento das receitas:

- Contratos – R\$ 0,00
- Doações e contribuições – R\$ 2.976.025,07 (está incluso neste valor a cota patronal, cuja qual representa R\$ 1.135.568,68)
- Eventos e Campanhas Financeiras – R\$ 440.783,33
- Convênios e projetos (assistência social) – R\$ 4.096.177,74
- Parcerias – R\$ 0,00
- Receitas Financeiras/ outras – R\$ 2.110.404,61 (neste grupo está contemplada a reversão das prévias do projeto PEEVPS, na importância de R\$ 2.082.620,75, cuja qual contribui significativamente para o resultado apurado no período, além deste saldo de reversão, há outras receitas, tais como descontos obtidos, rendimentos auferidos e despesas recuperadas)

Para que a entidade faça jus à imunidade e/ou isenção tributária sobre as atividades sustentáveis, a mesma cumpre uma série de requisitos, os quais estão discriminados a seguir:

- As atividades de sustento da entidade (meios pelo qual a entidade se utiliza para sobrevivência) possuem previsão estatutária;
- O estatuto social e a prática indicam a utilização desses recursos com fim exclusivo de atendimentos dos seus fins sociais
- As operações são controladas e monitoradas através da escrituração contábil, de forma que seja transparente às partes interessadas que tais atividades são superavitárias e geram recursos para manutenção das atividades fins da entidade, todo recurso arrecado é utilizado para cumprimento dos objetivos sociais.

DAS ISENÇÕES/ IMUNIDADES/ BENEFÍCIOS E GRATUIDADES

NOTA 20 - IMUNIDADE TRIBUTARIA: Por força do art. 150, inciso VI, alíneas C § 4º e § 7º da CF de 1988, a Entidade é imune à incidência de impostos:

The image shows three handwritten signatures in blue ink. To the right of the signatures is a blue circular stamp with the text 'COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO' around the perimeter and 'FISCAL' in the center.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - Instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993) [...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei [...]

Cabe ressaltar que o Centro de Reabilitação é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo, conforme CF supracitada.

NOTA 21 - ISENÇÃO TRIBUTÁRIA: As isenções tributárias são usufruídas com base em previsão legal - Lei 9.532/97 e nos certificados obtidos pela entidade.

Cota patronal, RAT e Autônomos: R\$ 1.135.568,68

Relativo ao CEBAS (certificado que a entidade possui), conforme Resolução CNAS 16/2010, a entidade já possui cadastramento no Conselho, sendo reconhecida como uma entidade de assistência social.

Os serviços de assistência social são discriminados em estatuto social, aprovado por assembleia e registrado nos órgãos competentes.

NOTA 22 - GRATUIDADES: Todas as atividades desenvolvidas pela entidade são gratuitas para o público beneficiário da Política de Assistência Social.

Os membros do Conselho Fiscal e Presidência da entidade Centro de Reabilitação Piracicaba, em cumprimento de suas obrigações legais estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis referente ao Exercício. Após os exames julgados necessários, dão o parecer de aprovação dos mesmos.

Presidente – Jose Luiz Guidotti Junior

CPF: 093.371.598-64

Contador – Eduardo Jose Rodrigues – Ejetec Contabilidade Empresarial

CRC: 1SP223268/O-5 CPF: 281.713.998-43

gpp





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CENTRO DE REABILITAÇÃO PIRACICABA

Prezado Senhor: José Luiz Guidotti Junior.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE REABILITAÇÃO PIRACICABA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, do fluxo de caixa, da demonstração das mutações do Patrimônio Social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE REABILITAÇÃO PIRACICABA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e demais prestações de contas com convênios..

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e demais prestações de contas com convênios e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Piracicaba, SP, 31 de Janeiro de 2.019.

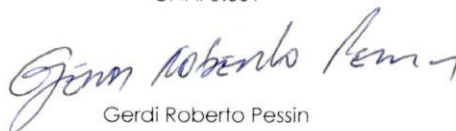
AUDIMAXI Auditoria Ltda

CRC 2SP024964/O-3


Ronan Lopes Alarcon

Auditor CRC1SP081436/O-2

CNAI 3.601


Gerdi Roberto Pessin

Auditor CRC1SP166563/O-3

